

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Anna Raquel Nunes SANCHEZ⁵⁶

Graduanda em Ciências da Natureza e suas tecnologias na UFSB
annaraquel88@gmail.com

Maria Henriqueta Andrade RAYMUNDO⁵⁷

Pesquisadora do Projeto Assentamentos Agroecológicos /ESALQ/USP
henriquetass@gmail.com

Alessandra Buonavoglia COSTA-PINTO⁵⁸

Prof. Titular da UFSB
alegubcp@gmail.com

RESUMO

A construção do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA) do Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB) - uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral (PI), é um grande passo para o enraizamento da Educação Ambiental na região Sul do Estado da Bahia. Criado em abril de 1999, com plano de manejo publicado em maio de 2016, o PNPB é responsável pela conservação e proteção de quase 20 mil hectares de Mata Atlântica, favorecendo o (re)conhecimento da biodiversidade desse bioma, contribuindo com a pesquisa científica e estimulando o turismo de base ecológica no território sul baiano. Gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a UC desenvolve desde novembro de 2016, junto ao seu Conselho Consultivo e sua Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA), a construção participativa do PPPEA. O PNPB é a primeira UC de PI a incorporar este instrumento, tornando-se referência para demais UCs na região. O PPPEA em construção vem promovendo sinergia entre diferentes instituições na formulação de processos formativos em Educação Ambiental, em especial na sua zona de amortecimento, alinhando-se às diretrizes, metas e objetivos de instrumentos legais como as Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental, a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, o Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar, a Política Estadual de Educação Ambiental do Estado da Bahia e a Política Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro.

Palavras chave: Educação Ambiental Crítica, Metodologias Participativas, Unidades de Conservação

ABSTRACT

The construction process of the Pedagogical Political Project of Environmental Education (*PPPEA*) of the National Park of Pau Brasil (*PNPB*) - a Conservation Unit (*UC*) of Full Protection (*PI*), it's a great step towards the establishment of Environmental Education in the southern region of the State of Bahia. Created in April 1999, with a management plan published in May 2016, the *PNPB* is responsible for the conservation and protection of nearly 20000 hectares of Atlantic Forest, favoring the acknowledgement of the biodiversity of this biome, contributing to the scientific research and stimulating ecological-based tourism in the territory of the south of Bahia. Managed by *Instituto*

⁵⁶ Tecnóloga em Gestão Ambiental pela FMU/SP

⁵⁷ Mestra em Educação Ambiental pela ESALQ/USP, Bióloga pela Universidade Braz Cubas/SP

⁵⁸ Doutora em Filosofia da Natureza e do Ambiente pela Universidade de Lisboa, Coord. do Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitárias em Educação Ambiental NUPEEA/UFSB

Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), the *UC* develops, since November 2016, together with its advisory council and the *Environmental Education Theme Chamber (CTEA)*, the participatory construction of the *PPPEA*. The *PNPB* is the first *UC* of *PI* to incorporate this instrument, becoming a reference to the other *UCs* in the area. The *PPPEA* under construction has promoted synergy between different institutions in the formulation of formative processes in environmental education, in particular in its buffering zone, aligning itself to the guidelines, goals and objectives of legal instruments, such as the National Policy and Program of Environmental Education, the National Strategy for Environmental Education and Communication in Conservation Units, the Environmental Education Program on Family Agriculture, the State Policy of Environmental Education of the State of Bahia and the Environmental Education Policy of Porto Seguro.

Keywords: Critical Environmental Education – Participating Methodology – Conservation Unit

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo integrar as ações e contribuições do “Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitárias em Educação Ambiental da Universidade Federal do Sul da Bahia” (NUPPEA UFSB), na região de Porto Seguro – BA, por meio de um projeto de iniciação científica voluntário.

Desde novembro de 2016 o Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB) vem construindo seu Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA). Pouco antes, no mesmo ano, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão de todas as unidades de conservação federais, lançou um documento denominado “O PPPEA em UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS e NA GESTÃO DA BIODIVERSIDADE”.

De acordo o documento supracitado, o PPPEA:

“É um processo que objetiva discutir, refletir, planejar, articular e promover a implementação de processos educativos (formais, não formais e de educação ambiental) necessários à melhor conservação da biodiversidade, gestão da unidade de conservação e qualidade de vida dos grupos sociais prioritários na gestão da unidade. É um processo estruturante que deve ser construído de forma participativa com os atores locais envolvidos (instituições públicas, comunidades locais, entidades do segundo e terceiro setor, etc).” (ICMBIO, 2016)

Por compreender a dificuldade de semear-se processos formativos de Educação Ambiental Crítica⁵⁹ (EAC), principalmente na difusão do acesso ao conhecimento e à participação social das populações historicamente excluídas, buscar estudar, refletir, participar e debater propostas como a construção do PPPEA do PNPB, em Porto Seguro, constitui-se como uma única

⁵⁹ “Em uma concepção crítica de Educação, acredita-se que a transformação da sociedade é causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão, educando e educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais e nesse processo se transformam; portanto, o ensino é teoria prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas socioambientais, sendo a intervenção nesta realidade a promoção do ambiente educativo e o conteúdo do trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam e estruturam a sociedade são priorizados, significando uma Educação política, a qual nos faz perceber e ser os sujeitos que somos na história.” (GUIMARÃES, M., 2016)

oportunidade de formação ativa.

Nesse sentido, o presente artigo busca refletir sobre o que representa a construção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) em termos de gestão e principalmente, de gestão de Unidades de Conservação, considerando todo seu potencial educativo. O que são PPPs e como podem contribuir com a gestão de Unidades de Conservação, trazendo como objeto de estudo o processo em desenvolvimento no PARNA Pau Brasil. Dessa forma, espera-se que o texto contribua com o aprimoramento teórico metodológico da Educação Ambiental Crítica.

METODOLOGIA

A pesquisa vem se desenvolvendo com base no aprofundamento bibliográfico sobre educação ambiental crítica, da educação rural e popular, na história dos movimentos socioambientais, da luta por terra, nas concepções críticas acerca de sustentabilidade, nas metodologias participativas, na pedagogia freireana, onde a educação é uma prática de liberdade, na cadeia dos afetos de Espinosa, onde a investigação da natureza dos afetos permite um aprimoramento das relações e tomadas de decisão/ação, e inúmeras outras referências que almejam a liberdade individual e o bem viver⁶⁰ coletivo, através de práticas democráticas. Além do aprofundamento teórico, a pesquisa também sustenta-se na participação ativa do processo de construção do PPPEA, na investigação acerca da relevância ecológica e cultural da região somada aos seus conflitos inerentes, principalmente através de observação participante e de leituras complementares.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Um Projeto Político Pedagógico é um instrumento de gestão escolar bastante conhecido entre profissionais da área. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), N.º 9.394 de 1996, tornou obrigatória a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) nas escolas, justamente para que estas alcancem uma reflexão sobre suas identidades e condutas políticas, considerando sua responsabilidade social.

O documento deve ser elaborado de forma democrática e participativa, como se fosse um guia a ser visitado e revisitado nas tomadas de ação institucional, favorecendo condutas

⁶⁰ “...como atitude social moderna, de uma sociedade em notória crise, a ciência irrompe em contradições e desarticulação; e o conhecimento que se emprega e se difunde como base da educação forma e desenvolve indivíduos que têm sido, ao mesmo tempo, contraditórios e desarticulados. Já uma atitude monista (ou holística, ou interdisciplinar, ou quântica, etc.) em relação ao mundo tem o poder de formar uma visão coincidente entre as possibilidades da sociedade e da natureza; pode, enfim, bem cultivar, fundamentar e estruturar o “alimento” que possibilita o desenvolvimento cognitivo – o conhecimento –, por meio de pedagogias, atitudes e estratégias de aprendizagem devidamente coerentes: éticas, no sentido primordial de bem viver, compactuando com o sentido social humano e o sentido natural humano, retirando a dúvida de qual (cons)ciência se deve ter do mundo.”(LOOS, H. & SANT’ANA, R. S., 2007)

sociopolíticas inclusivas.

“O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão” (VEIGA, 2002, p.9)

Após seus processos de construção, dependendo de como são realizadas, os PPPs das escolas acabam, mais comumente do que pensamos, fadados ao esquecimento. Muitas escolas apenas encomendam seus PPPs para formalizar seu funcionamento. Isso ocorre por inúmeros fatores, porém, a omissão do Estado na formação continuada dos profissionais da educação e na adequação das escolas as necessidades locais, evidentemente é o principal motivo.

Apesar da problemática dos PPPs de escolas, as políticas públicas de Educação Ambiental têm adotado desde 2004 o uso de projetos políticos pedagógicos como instrumentos metodológicos pelo seu alto caráter formativo. Além disso, suas construções têm forte potencial para estabelecer sinergia interinstitucionais, com participação ativa da sociedade civil. Metodologias participativas que integram diferentes agentes sociais, são fundamentais para o processo de formação da identidade política, uma vez que predispõe às pessoas formas de considerar o pensamento/visão de todas/os, bem como o compartilhar de conhecimentos, com diálogo de saberes.

Na sua aplicabilidade, a gestão institucional, deve utilizar o PPP na condução de decisões que afetarão a comunidade, buscando alcançar os valores, desejos e integrações ambicionados na sua construção. Um PPP deve ser renovado, buscando adequar seus objetivos e metas, que assim como as sociedades, também estão em constante transformação.

De natureza interdisciplinar, o PPP caracteriza-se essencialmente como um instrumento de Educação Ambiental Crítica, uma vez que esta primazia buscar inverter a pirâmide social onde a economia está sempre no topo, com meio ambiente e sociedade na base, ou seja, a EAC busca no “topo” constituir o bem-estar das sociedades, tendo na base o meio ambiente e a economia.

Se Marx e Engles afirmaram um dia que nos falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais, os processos educadores ambientalistas, tanto na educação formal quanto informal, integram a este sistema de ensino novo, capaz de modificar as concepções e condições sociais e conseqüentemente, o estabelecimento de novas relações benéficas e conscientes entre seres humanos e ambiente.

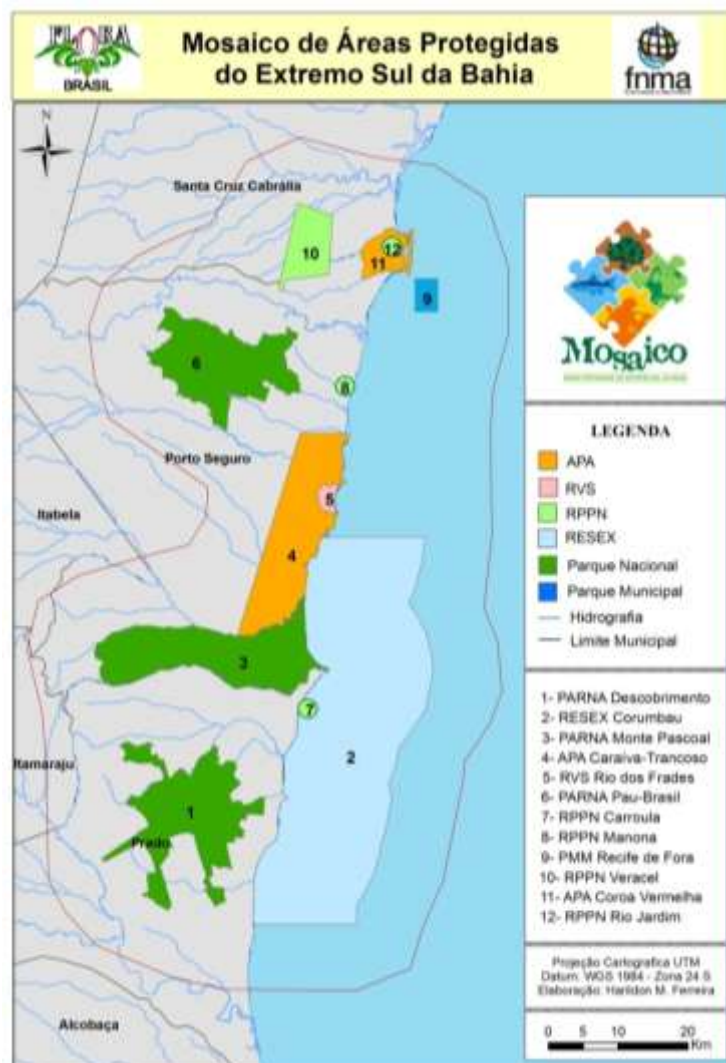
Nesse sentido, o sufixo EA atribuído ao PPP pelo ICMBio, acaba sendo um pouco redundante, mas terminologias a parte, fortalecer, reforçar e divulgar a construção desse tipo de instrumento, é capilarizar a EAC, é valorizar, conservar e conceber mecanismos equânimes às diversidades sociocultural e ambiental.

O PARNA PAU BRASIL

Considerada um *hotspot* de biodiversidade, a região que abrange o sul da Bahia e todo o estado do Espírito Santo, constituiu a área denominada Corredor Central da Mata Atlântica, de acordo com o Projeto Corredores Ecológicos, fruto da Aliança Para Conservação da Mata Atlântica, que congrega a Conservação Internacional (CI) e a Fundação SOS Mata Atlântica. (MMA, 2006):

“Um corredor corresponde a uma grande área de extrema importância biológica, composta por uma rede de unidades de conservação entremeadas por áreas com variados graus de ocupação humana e diferentes formas de uso da terra, na qual o manejo é integrado para garantir a sobrevivência de todas as espécies, a manutenção de processos ecológicos e evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional forte, baseada no uso sustentável dos recursos naturais (Sanderson et al., 2003; Ayres et al., 2005).” (MMA, 2006)

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) reconheceu, através da Portaria N.º 492 de 17 de Dezembro de 2010, o “Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia” - MAPES, que dentre seus objetivos, busca integrar e fortalecer a rede de áreas protegidas da região. No Mapa I é possível visualizar as 12 áreas protegidas que integram o MAPES, identificando o PNPB na região 6. (MAPES, 2010)



Mapa I – Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES, 2010)

Considerando os aspectos acima citados e o alto índice de variabilidade genética e endemismo na região, Porto Seguro ainda assim ocupa o segundo lugar no ranking entre os municípios brasileiros que mais desmataram num período de 30 anos, entre 1985 e 2015, segundo o Atlas da Mata Atlântica produzido pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

A mesma pesquisa aponta que o estado que mais desmatou em 2015 foi a Bahia, com os municípios Belmonte e Santa Cruz Cabrália (vizinhos de Porto Seguro), liderando o topo do ranking, constatando-se o crescimento de 206% de desmatamento no estado e totalizando 30% de desmatamento de Mata Atlântica.

Percorrendo as estradas entre os três municípios é comum identificar grandes áreas de pecuária, silvicultura e exploração imobiliária, seja para o turismo, seja para propriedades particulares de pessoas com alto poder aquisitivo. Nos últimos dois anos, intensificaram-se denúncias de queimadas ilegais no município, dentro e fora de áreas protegidas. Entre os meses de fevereiro e março de 2016, houveram mais de 10 dias de queimadas sucessivas, em diversas localidades, incluindo na orla norte de Porto Seguro, nos distritos de Trancoso, Arraial D’Ajuda, e também em alguns pontos da BR 367, que liga Porto Seguro ao município de Eunápolis.

Estes impactos somam-se à inúmeras problemáticas sociais, como o avanço das cidades, a precariedade da educação pública, o acesso a saneamento básico, a marginalização e abandono das populações tradicionais, constituindo um cenário extremamente favorável ao racismo e à injustiça ambiental.

Apontamentos como estes reforçam a responsabilidade socioambiental das Unidades de Conservação da região enquanto gestoras de uma significativa porção da biodiversidade remanescente, e também enquanto instituições de extrema influência.

A região do PNPB possui um histórico bastante complexo, do período colonial até os dias atuais, em que ainda imperam a ocupação desordenada e o extrativismo intenso. Cenário recorrente em inúmeras localidades do território nacional, as particularidades do entorno do PNPB, de acordo com seu Plano de Manejo, giram principalmente acerca das atividades econômicas ali desenvolvidas (agricultura, pecuária, monocultivo de eucalipto).

Potencializadas pela precarização da infraestrutura nas comunidades do entorno do parque, essas atividades geram riscos potenciais para a UC, como incêndios, desmatamento, contaminação por agrotóxicos, turismo predatório, caça de animais silvestres, extrativismo vegetal de espécies com grande valor ecossistêmico e inúmeros outros impactos negativos, que são produto de um sistema despreocupação com a população, com a biodiversidade e com as futuras gerações.

Apesar da falta de investimento nas UCs, a gestão do PARNA do Pau Brasil vem trabalhando

com as comunidades da zona de amortecimento para minimizar estes impactos e promover a qualidade de vida para as populações ali residentes. Com a criação do Conselho Consultivo em 2005, e renovado em 2014, este objetivo vem sendo pauta em reuniões periódicas com os participantes do conselho (Conselho Gestor do PNPB, associações e demais organizações da região).

Além disso, a parceria estratégica do PNPB com o Projeto Assentamentos Agroecológicos (PAA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ / USP), vem sendo determinante para o desenvolvimento local e sustentabilidade em compromisso com os movimentos sociais, na criação de novas estratégias e modelos adaptados à realidade local que permitam a transição agroecológica na região.

Outro resultado dessa parceria é justamente a construção do PPPEA, que teve início em novembro de 2016 a partir da facilitação assumida conjuntamente.

O PPPEA DO PARNA PAU BRASIL

Destaca-se que, logo após o primeiro mês de construção do PPPEA do PARNA Pau Brasil já surgiu o seu primeiro resultado que foi a criação da Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Consultivo do Parque. Iniciou-se neste momento, como parte da construção do PPPEA, um processo de formação e autoformação da CTEA com objetivos de diálogos, produção de conhecimentos e fortalecimento da atuação da mesma como gestora do projeto político pedagógico que se constrói.

A CTEA é composta por diversas instituições atuantes no território que estão vivenciando um processo que soma à formação de agentes educadores ambientalistas. Por meio de metodologias participativas, que são o carro chefe do processo de construção do PPPEA, evidencia-se a consolidação de um desejo por maior articulação entre coletivos educadores na região e em todo o município.

A construção de PPPs ou PPPEAs em UCs, ainda se alinha às diretrizes, metas e objetivos de instrumentos legais, como as Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental, a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, o Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. Mais localmente, o PPPEA do PNPB, também ratifica a Política Estadual de Educação Ambiental do Estado da Bahia, a Política Municipal de Educação Ambiental de Porto Seguro e o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A edificação deste instrumento, quando finalizado, atribuirá ao PNPB a importante marca de ser a primeira UC de Proteção Integral a ter um PPPEA, e desejavelmente, estimulando demais

unidades da região a engajarem-se em prol da Educação Ambiental, tanto UCs federais, quanto estaduais e municipais. Antes do PNPB, as outras unidades que tiveram seus PPPEas consolidados, foram a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã-Baquiá, na região Marajoara, no estado do Pará e, a Floresta Nacional de Tefé, no estado do Amazonas. No início de 2017, segundo Juvenal Vicenzi, da assessoria de Comunicação Social do Ministério do Meio Ambiente (MMA), três outras UCs também estão iniciando seus processos de construção do PPPEA, sendo elas a Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, a Reserva Biológica da Contagem e o Parque Nacional de Brasília.

O processo realizado nos últimos nove meses com a CTEA, vem potencializando um grupo diverso, com instituições públicas e privadas, associações comunitárias, organizações não governamentais, unidades de conservação e universidades. Este grupo já se encontrou cinco vezes. A facilitação do PPPEA, com o apoio de membros da CTEA, em agosto de 2017, realizou aproximadamente dez atividades abertas com as comunidades do entorno para ampliar a participação e incluir a diversidade de olhares no projeto.

As previsões, desejos e inquietações acerca deste PPPEA são extremamente positivas, mas ainda é preciso lembrar que tanto o ICMBio e o MMA, quanto os demais órgãos de gestão pública e ambiental, precisam aumentar os investimentos e promover ações que facilitem o acesso à processos formadores ambientalistas e o engajamento participativo de pessoas e grupos sociais historicamente excluídos nestes processos.

Uma construção pautada na participação social, nas sensações de representatividade, pertencimento, alegria, inclusão, consolida-se muito mais forte, e nesse sentido, a Câmara Temática de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil, com todas/os suas/os integrantes e sua facilitação pelo PARNA/ICMBio e PAA/ESALQ, estão “gestando um bebê democrático”, elementar para a transformação de uma realidade tão delicada da Costa do Descobrimento.

REFERÊNCIAS

ATLAS DOS REMANESCENTES FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA. Período 2015-2016.

Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2016.

BAHIA. *Política Estadual de Educação Ambiental*. 2011.

BRANDÃO, C. R. *Diário de Campo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Pesquisa Participante. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (org.). *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. *Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação*, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2009.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

Política Nacional de Educação Ambiental. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2014.

Ministério do Meio Ambiente. *Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar*. Educação Ambiental. 2016.

Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. *Programa Nacional de Educação Ambiental*. Brasília: MMA e MEC, 2014, 4ª Ed. 114p.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, Brasília, 2000.

CAMPOS, D. S. *Quando a mata se torna Atlântica: dilemas da gestão integrada dos Mosaicos de Áreas Protegidas*. Damiana Sousa Campos, 2013, 112 f.

COSTA-PINTO, A. B. *Potência de agir e educação ambiental: aproximações a partir de uma análise da experiência do coletivo educador ambiental de Campinas (COEDUCA) SP/Brasil*. São Paulo: Lisboa, 2012.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, M. *Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual*. Periódicos UFPA, p. 11-22. 2016

ICMBio. *O PPPEA em UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS e NA GESTÃO DA BIODIVERSIDADE – Texto Explicativo*. 2016.

Plano de Manejo do Parque Nacional do Pau Brasil. Volumes I e II – Diagnósticos. Brasília, 2016.

LOOS, H.; SANT'ANA, R. S. *Cognição, afeto e desenvolvimento humano: a emoção de viver e a razão de existir*. Educar, Curitiba, n. 30, p. 165-182, 2007. Editora UFPR.

MARX, K e ENGELS, F. *Textos sobre Educação e Ensino / Karl Marx e Friedrich Engels*. Campinas, SP: Navegando, 2011.

Ministério do Meio Ambiente. Conservação Internacional Fundação SOS Mata Atlântica. *Cartilha: Corredor Central da Mata Atlântica*. 2006.

Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia. Disponível em <<https://mapesbahia.wordpress.com/>> Acesso em 31 de ago 2017.

PORTO SEGURO. *Política Municipal de Educação Ambiental*. Lei Municipal nº 1.167 de 18 de junho de 2014.

Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Porto Seguro, 2014.

TONSO, S. *A Educação Ambiental que desejamos desde um olhar para nós mesmos*, 2010.

VEIGA, I. P. A. (org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 14ª Ed. Papyrus, 2002.